



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DA
POLÍCIA FEDERAL -SP**

PREGÃO ELETRÔNICO: 90012/2024

REF.: Decisão nº 37744220/2024-CPL/SELOG/SR/PF/SP Processo: 08500.006885/2023-26
Assunto: Decisão de Recurso

Construtora Sérgio Porto LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 22.476.982/0001-25, com sede na Rua maestro Felício nº 500, salas 503, 404 e 505 – Centro- Niterói/RJ- CEP.24.030-104, por sua advogada infrafirmado. Vem perante a Vossa Senhoria, com fundamento no art. 183 da Lei 14.133/2021, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, cujas razões seguem em anexo, requerendo que V.Sa., se digne de reconsiderar a decisão recorrida, ou faça-o subir, devidamente informando, a autoridade competente.

A recorrente registra, por cautela, que o presente recurso haverá de ser recebido com efeito suspensivo, na forma do art. 168, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21.

Pede deferimento,

Niterói 16 de outubro de 2024

Rejane Figueira
OAB/RJ 244-490
Advogada



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DA
POLÍCIA FEDERAL -SP**

RAZÕES DO RECURSO

DO CABIMENTO

Registra a VSa. o cabimento do presente recurso, na forma do art. 165, I , “c” da Lei 14.133/21. “inverbis”

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;”

I-DOS FATOS

A **CONSTRUTORA SERGIO PORTO**, doravante denominada Recorrente, participou do Pregão Eletrônico nº 90012/2024, promovido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, cujo objeto é a contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e copeiragem

Durante a fase de classificação das propostas, a respeitável Autoridade condutora do certame considerou que determinados itens de custo ofertados pela Recorrente caracterizavam "aparente inexequibilidade", desclassificando a proposta por critérios subjetivos e não comprovados

A Recorrente, em atendimento às diligências solicitadas, apresentou todas as informações requeridas, demonstrando a viabilidade de sua proposta. Contudo, a decisão da Autoridade ignorou os documentos e imagens que atestavam a lisura e a exequibilidade das afirmações feitas, desconsiderando, assim, o princípio da livre iniciativa e a presunção de veracidade das informações apresentadas .



II-DO DIREITO

A desclassificação da proposta da Recorrente se deu em desacordo com o princípio da legalidade e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como no artigo 3º, caput, da Lei nº 14.133/2021, que assegura o respeito à ampla concorrência e à livre iniciativa.

O artigo 6º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a proposta deve ser considerada exequível quando atender aos requisitos do edital e estiver acompanhada de documentação que demonstre a viabilidade da execução do objeto

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara ao afirmar que a desclassificação de propostas deve ser fundamentada e não pode se basear em juízos de valor subjetivos. O entendimento é de que a Administração Pública deve considerar as provas apresentadas pelo licitante e não ignorá-las

No caso em tela, a Recorrente juntou documentos e imagens que atestavam a lisura de suas afirmações, não tendo a Autoridade refutado de forma lógica as provas apresentadas, o que fere o princípio da motivação dos atos administrativos, conforme disposto no artigo 50 §1º da Lei nº 14.133/2021. . Leiamos a norma que assim determina:

LF 13874/2019

Art. 1º. Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal.

§1º. O disposto nesta Lei será observado na aplicação e na interpretação do direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública, inclusive sobre exercício das profissões, comércio, juntas comerciais, registros públicos, trânsito, transporte e proteção ao meio ambiente.

§2º. Interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas. (Grifamos)



Continuando nesta mesma toada, entende-se com a leitura de todo acervo legal e jurisprudencial que apresentar Custos Indiretos ou Lucros competitivos em uma licitação muito disputada não corresponde a um entendimento legalmente previsto ou saudável para que seja obtida a melhor oferta e para que sejam garantidos os direitos de liberdade econômicos corolários do Princípio da Livre Iniciativa.

De todo modo, indo além destas questões, os valores da contratação não são apenas aqueles descritos, pois existem dezenas de outros itens de custos, os quais se compensam e interagem garantindo uma contratação saudável e sóbria, não existindo qualquer fator de “lucro negativo” como afirmado no SEI nº 36992530, que em sua análise apenas focou em um ponto singular, sendo esta uma interpretação isolada que empobrece a ideia de uma proposta complexa e repleta de custos e possibilidades.

No ordenamento jurídico pátrio estabelece que a administração pública, em matéria de licitação, encontra-se afeta, dentre outros, ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório consideradas normas gerais licitatórias, e estabelece expressamente, que o processo administrativo licitatório obedecerá, dentre outros princípios, ao da vinculação ao instrumento convocatório (ou ao Edital, na linguagem do normativo de 2021, bem como pré-estabelecendo os termos e as condições das relações jurídicas que lhe são consequentes, especialmente no que atina aos direitos e obrigações que a Administração Pública deverá respeitar os limites da lei aplicável, das normas gerais licitatórias, assim como dos comandos constitucionais que também se endereçam à matéria envolvendo licitação e seu processo.

Ou seja: A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, a qual se acha estritamente vinculada

No caso “sub examine”, a planilha de custo e a documentação apresentada em diligência pela recorrente obedeceu a todos os critérios estabelecidos no edital, e foi apresentada de forma clara, mesmo porque o d. Pregoeiro, ou qualquer autoridade pública, não pode determinar o que considera “justo”, “sensato”, “viável” ou “exequível” segundo os temperamentos de sua opinião própria, cabendo exclusivamente à Lei definir as condições de participação de um licitante em determinado certame, isso porque a obtenção de um atestado de capacidade técnica, a circulação de recursos financeiros e a potencialização de pontuações financeiras, ou até mesmo a contratação de demandas fechadas junto de fornecedores tornam impossível ao administrador prever a pluralidade infinita de hipóteses que fazem um licitante ofertar determinados preços, e foi por esta razão que o próprio sistema jurídico proibiu ativamente que tais assuntos de gestão sejam perscrutados pelo gestor público. *Verbis:*



ou com padrões de juízo de valor subjetivo daquele que avalia a oferta, pois a Lei não autoriza julgamento subjetivo nesta modalidade licitatória. Estas verdades representam a única sugestão: a proposta da Recorrente é presumidamente válida, o que se observa do aresto abaixo:

(...) c) a exequibilidade sob o aspecto normativo é patenteada pelo disposto na IN - Seges 73/2022, que estipula como indício de inexequibilidade valor inferior a 50% do estimado, sendo que o parâmetro apresentado pelo representante (art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021) aplica-se literalmente somente às contratações de obras e serviços de engenharia, não às aquisições de bens e serviços em geral;

c.1) analisando-se objetivamente a proposta tanto em seus valores unitários quanto pelo seu total, não há que se suscitar qualquer indício de inexequibilidade, dado que a diferença do valor proposto para o estimado não é inferior e nem sequer próximo a 50%, tendo sido plenamente observado o art. 34 da citada IN - Seges/ME 73/2022; (...)

(TCU. ACÓRDÃO 963/2024 – Plenário)

Daí se vê, "data venia", o flagrante descumprimento da referida Omissão de Licitação quanto as normas previstas no próprio Edital, malferindo, destarte, dentre outros tantos, o postulado acima mencionado.

De tudo se extrai que a recorrente cumpriu estritamente as regras editalícias, razão pela qual haverá de ser desconstituída a decisão que inabilitou com excesso de formalismo, em uma decisão subjetiva que ignorou o critério objetivo do Item 6.9 do Edital e de todo escopo normativo e jurisprudencial apresentado e por conseguinte, vem lhe impedindo de continuar no certame.

III - DOS PEDIDOS

Em face de todo exposto, a Recorrente requer a Vsa. Que :

a). Seja conhecido e provido o presente recurso, para desconstituir a decisão recorrida, com a consequente habilitação da recorrente, garantindo a sua permanência nas fases ulteriores do certame

b) A revisão da decisão que desclassificou a proposta da **CONSTRUTORA SÉRGIO PORTO**, com a consequente reavaliação da exequibilidade da proposta apresentada, considerando as provas e documentos que comprovam a viabilidade da execução do objeto licitado;



c) A reabertura do prazo para a análise das propostas, assegurando a ampla defesa e o contraditório, conforme preceitua a legislação vigente;

d) A consideração dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, que devem nortear a atuação da Administração Pública.

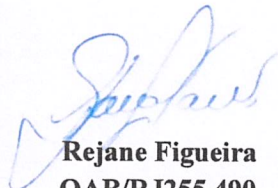
IV - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Recorrente reafirma a necessidade da revisão do ato administrativo impugnado, tendo em vista a ausência de fundamentação adequada e a violação dos princípios que regem as licitações públicas.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cordialmente,

CSP
Sócio-Administrador


Rejane Figueira
OAB/RJ255.490
Advogada

Niterói 16 de Outubro de 2024